

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Equipamento chegou nesta quarta-feira (24)

Radar Banda X deve ser instalado na próxima semana

O radar meteorológico banda x, que chegou ao município nesta quarta-feira (24), deve ser instalado na semana que vem, haja vista, para a instalação, é necessário que não esteja chovendo. Segundo do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a previsão de chuva permanece até sábado. O radar Banda X tem uma melhor resolução que permite monitorar, com maior velocidade

e precisão, os núcleos de chuva, sendo fundamental para a tomada de decisões. O equipamento de alta tecnologia aumenta a garantia na identificação dos dados observados pela equipe de monitoramento da Defesa Civil e foi adquirido pelo Bradesco, após um acordo referente a uma ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPRJ). O equipamento custou R\$ 7 milhões.

Sistema de Diagnóstico Precoce

O Prefeito Hingo Hammes sancionou a lei nº 9.102/2025, de autoria do vereador Júnior Coruja, que institui o Sistema de Diagnóstico Precoce de Deficiências em recém-nascidos no município. A medida garante que hospitais e demais estabelecimentos de saúde realizem exames logo após

o nascimento, com foco na identificação de deficiências auditivas, visuais, motoras, mentais, múltiplas ou alterações metabólicas. De acordo com a lei, caso seja constatada alguma deficiência ou anormalidade, o recém-nascido deverá ser encaminhado para tratamento imediato.

Arquivo/TV Correio da Manhã



Prazo se encerrou no dia 18 de setembro

Prazo do grupo de trabalho será prorrogado

A prefeitura de Petrópolis vai prorrogar o prazo do grupo de trabalho, criado pelo decreto 153/2025 para monitoramento das ações preventivas referente ao decreto de calamidade financeira. O grupo, composto por Rosângela Stumpf, Chefe de Gabinete do prefeito, Albano Batista Filho (Baninho), vice-

-prefeito, Wagner Luiz Ferreira, Secretário de Administração e de Recursos Humanos e Alex Vinícius Christ, Presidente do Inpas, previa a elaboração de relatórios semanais sobre as medidas adotadas. De acordo com o decreto, o prazo tinha validade de 60 dias e terminou no último dia 18 de setembro.

CRMV-RJ intensifica fiscalização

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (CRMV-RJ) informou que vai intensificar as fiscalizações noturnas em Petrópolis. O anúncio foi realizado após fiscais do CRMV identificarem, no último dia 23, alimentos congelados, como fígado e frango, ar-

mazenados no mesmo freezer em que se encontravam animais mortos aguardando destinação ao crematório, em uma clínica veterinária no centro de Petrópolis. A prática, além de representar risco de contaminação cruzada, viola regras básicas de higiene e biossegurança.

Problemas encontrados

Outro estabelecimento, localizado no Bigen, funcionava sem alvará e licença sanitária atualizados, além de não possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS). Foram encontrados medicamentos vencidos e constatada a falta de registro de temperatura

das vacinas, colocando em risco a conservação e eficácia dos imunobiológicos. O CRMV-RJ informou que as fiscalizações noturnas têm caráter educativo e preventivo, mas que a atuação é rigorosa diante de situações que colocam em risco a saúde dos animais e da população.

Falhas e nova paralisação evidenciam crise da Turp

Relatórios da CPTrans e do RMO de julho, apontam falhas graves

Por Gabriel Rattes

O transporte público da cidade voltou a enfrentar problemas nesta quarta-feira (24), quando rodoviários da empresa Turp Transportes realizaram uma paralisação por falta de pagamento. Os trabalhadores, que deveriam ter recebido o adiantamento salarial no último dia 20, cruzaram os braços no início da noite, interrompendo temporariamente o serviço. Na manhã desta quinta-feira (25), os ônibus voltaram a circular, mas o clima de incerteza permaneceu.

A paralisação expôs mais uma vez a crise que a empresa atravessa. De acordo com relatório da CPTrans enviado à Justiça na mesma quarta-feira (24), a Turp descumpriu várias metas estabelecidas para melhorar o serviço prestado à população. Entre os dias 1º e 15 de setembro, a companhia não conseguiu retomar seis linhas que permaneceram inoperantes. Em algumas regiões, o atendimento só tem sido garantido por linhas alternativas, com frota reduzida.

Outro ponto crítico foi a operação em linhas consideradas estratégicas, como a 600 (Terminal de Corréas – Centro), 701 (Pedro do Rio) e 750 (Terminal de Corréas – Terminal de Itaipava). O relatório apontou que essas rotas sofreram intermitência ou ausência total de ônibus, prejudicando milhares de passageiros.

Empresa não utilizou 100% da frota

A frota contratual também não foi cumprida. O número de veículos exigidos por contrato é de 124, mas a empresa operou



São quatro paralisações dos funcionários em nove meses

com média de apenas 116 por dia útil – ou seja, 94% do previsto. Além disso, a Turp aumentou o número de infrações por supressão de viagens (quando o ônibus deixa de rodar). A média diária passou de 4 para 11 viagens canceladas, reflexo direto da falta de motoristas.

O que diz a empresa sobre a paralisação?

Na tentativa de justificar a paralisação dos rodoviários, a Turp alegou que os atrasos da Prefeitura no repasse do subsídio do Vale-Educação comprometeram o caixa da empresa, dificultando o pagamento de salários. Segundo a nota, ficou pactuado em julho que os repasses seriam feitos nos dias 10 e 20 de cada mês, mas os depósitos não vêm sendo realizados dentro do prazo.

Por outro lado, a Prefeitura de Petrópolis afirmou que, mesmo com o aumento da tarifa, conquistado na justiça pela empresa, a Turp segue sem cumprir os compromissos com os trabalhadores. A Prefeitura reforçou

que em 2025 realizou o parcelamento de valores do Vale Educação que estavam atrasados desde 2024, e que vem cumprindo estes pagamentos. Além disso, mesmo com as dificuldades financeiras enfrentadas, vem realizando os repasses do Vale Educação deste ano, que neste mês o vencimento se deu no último sábado (21/09), ou seja, o salário dos rodoviários não poderia estar condicionado ao pagamento por parte da Prefeitura.

4ª paralisação em nove meses

Enquanto empresa e poder público trocam responsabilidades, a população segue sendo a mais prejudicada. Passageiros relatam esperas longas, ônibus lotados e viagens suprimidas, um cenário que se repete ao menos desde o início do ano. Essa foi a quarta paralisação em apenas nove meses, acentuando a desconfiança dos usuários em relação à capacidade da Turp de manter o transporte público da cidade.

RMO de julho confirma histórico negativo da empresa

Nesta semana, também foi divulgado o Relatório Mensal de Operação (RMO) referente a julho, que reforça o histórico de falhas da Turp. O documento mostra que a empresa programou 40.456 viagens, mas conseguiu realizar apenas 35.044, o que representa 86,62% de cumprimento. Mais de 5 mil viagens foram canceladas, sendo que 5,5% desse total ocorreu devido a uma paralisação de motoristas.

Além disso, o RMO apontou 279 falhas mecânicas e 99 atuações por supressão de viagens (quando o ônibus deixa de circular sem justificativa). O relatório deixou claro que a Turp foi a concessionária com pior desempenho do sistema de transporte municipal em julho.

Referente aos questionamentos sobre os dados do RMO, a empresa foi questionada pelo Correio Petropolitano, mas não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Decisão sobre uniforme beneficia famílias, mas impacta Prefeitura

Por Leandra Lima

A decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que obriga a Prefeitura de Petrópolis a fornecer uniformes escolares para todos os alunos da rede municipal de ensino, desde os Centros Educacionais Infantis (CEIs) ao ensino médio, beneficiará famílias, que atualmente têm quase 15% da renda destinada a esse fim, considerando o salário mínimo (R\$ 1.518,00), mas impactará o orçamento municipal. Além do traje escolar, o município terá que distribuir um kit de materiais, também para todos os componentes da rede.

Frente ao acordo, a equipe do Correio Petropolitano fez uma pesquisa de campo em algumas lojas que fabricam e vendem uniformes da rede municipal de ensino. Nesse levantamento, constatamos os preços médios de cada item que compõe a estrutura da vestimenta: camisa, calça e casaco. **Escola Municipal Liceu Cordolino Ambrósio - (preço voltado para idades de 12-14)**

- Camisa: R\$ 64,90
 - Calça de moletom: R\$ 73,90
 - Calça legging: R\$ 59,90
 - Casaco de moletom: R\$ 120,00
- Escola Municipal Rotary - (preço voltado para idades de 4-8)**
- Camisa: R\$ 44,90
 - Calça de moletom: R\$ 51,90
 - Casaco de moletom: R\$ 116,90
 - Casaco sem flanela: R\$ 89,90
- Escola Municipal São Judas de Tadeu - (preço voltado para idades de 12-14)**
- Camisa: R\$ 46,90



Conjunto básico do uniforme pode chegar a R\$ 250,00

- Calça de moletom: entre R\$ 80,00 e R\$ 88,00
- Casaco de moletom: entre R\$ 97,00 e R\$ 112,90

Sobre os preços, a trabalhadora de 35 anos, Vitoria Maria, mãe de dois filhos, um de 12 anos e outro de cinco matriculados na rede municipal, expressa como o orçamento da família é impactado pela compra dos uniformes.

“Sou mãe solo, trabalho em loja e recebo um salário de R\$ 1.888. Para as crianças compro o uniforme sozinha. Em janeiro deste ano gastei quase R\$ 400 com uniforme, porque meu menino mais velho mudou de escola, agora está ali no Liceu Cordolino Ambrósio. E assim, não dá para comprar uma blusa só, menino já viu como é, sua tudo. Foi um gasto que tive que separar o dinheiro desde novembro de 2024 para conseguir. É muito caro e muitos não veem a dificuldade. E olha que para esse ano comprei só de um. Além disso, tem o material que está um ab-

surdo, com os dois gastei mais de R\$ 250 reais”, relatou.

Cenário

A Prefeitura já enfrenta dificuldades por não separar verba suficiente para alimentação escolar. Com essas novas decisões, o município ainda não sabe como vai prosseguir. O que está certo é que o Executivo deverá incluir no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026 a dotação destinada à aquisição de material escolar completo para contemplar todos os alunos da rede pública municipal e também dos uniformes. Além de organizar um processo licitatório destinado à aquisição dos insumos.

A Prefeitura vem levantando há um tempo que o município está em calamidade financeira, porém municípios vizinhos, como Teresópolis, que declarou a mesma situação de calamidade em janeiro deste ano, distribuíram os uniformes para os alunos

da rede municipal, ainda neste período. Foram distribuídos para os alunos duas camisas (uma de manga longa e outra de manga curta), um casaco e uma calça.

Sobre a situação, vereadores se mostram preocupados, já que apontam que os recursos destinados a diversos setores, como saúde, educação, obras e desenvolvimento social, apresentam inconsistências.

Os recursos para educação foram criticados pela vereadora Júlia Casamasso (PSOL), que alegou um déficit no valor apresentado para o orçamento da merenda escolar, que segue sem mudança nos R\$ 15 milhões de 2025, já considerado insuficiente frente às denúncias de falta de insumos básicos como feijão, óleo, açúcar e leite, além de racionamento da merenda.

O orçamento destinado à merenda prevê apenas valores provenientes exclusivamente de repasses federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de royalties, sem qualquer incremento municipal. O montante é considerado insuficiente pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que estima em até R\$ 40 milhões o valor necessário para garantir refeições durante todo o ano letivo.

O que diz a Prefeitura

Sobre a omissão, que pode acarretar na evasão escolar de alunos em situação de vulnerabilidade na cidade, a Prefeitura não respondeu aos questionamentos até o final desta edição.